

**A legitimação da Ditadura.
Carmona eleito presidente com 761
730 votos. Salazar, ministro**

1928

*Sei muito bem o que quero e para onde vou,
mas não se me exija que chegue ao fim em
poucos meses. No mais, que o país estude,
represente, reclame, discuta, mas que obedeça
quando se chegar à altura de mandar*
(Salazar)

*A ditadura deve trabalhar bastante e depressa
para se impor aos governados; deve actuar com
energia, com decisão e estar em guarda contra
os seus inimigos ou, melhor ainda, tomar a
ofensiva logo que por parte deles se desenhe
qualquer ataque*
(José Vicente de Freitas).

● **Da penicilina ao Opus Dei** – No ano da subida ao poder de Salazar (27 de Abril) e da descoberta a penicilina, José Maria Escrivá de Balaguer funda, em Espanha, o *Opus Dei*, enquanto as mulheres britânicas com mais de 21 anos conquistam o direito ao sufrágio. Destaca-se, sobretudo, o Pacto Kellog-Briand, um tratado internacional que pretendeu proscriver a guerra como forma de resolver os conflitos entre os Estados, documento firmado no Quai d'Orsay, em Paris, pela França, Bélgica, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Japão, Polónia e Checoslováquia (27 de Agosto). Já Mustafá Kemal na Turquia estabelece a separação entre a Igreja e o Estado e decreta a instauração do alfabeto latino.

● **Morte de um fascista lusitano** – Morre tragicamente, em plena agitação organizacional, Francisco Manuel Homem Christo Filho (1892-1928) Jornalista que, segundo Viatte, tinha *algo de esbirro, de espião e de vigarista*. Colabora o pai e a irmã Carolina na feitura de *O Povo de Aveiro*. Começa como anarquista, participando activamente na greve académica de 1907. Adere às ideias integralistas e, depois, torna-se fascista. Acaba amigo de Mussolini, falecendo em Itália num desastre de viação. Funda em 1914 a revista *Ideia Nacional*, inspirada na homóloga italiana, dirigida por Corradini. Sídónio Pais nomeia-o director dos serviços de informação de Portugal em Paris. Aí escreve *Mussolini. Bâtitseur de l'Avenir*. Regressa a Portugal depois do 28 de Maio de 1926, oferecendo os seus serviços a Gomes da Costa. Funda então o jornal *A Informação*. Volta ao exílio depois da queda de Gomes da Costa, tentando promover um *Congresso Pan-Latino das Nações do Ocidente*.

● **Pessoa em defesa da ditadura militar** – Morrem Júlio de Vilhena, Sebastião Magalhães Lima e Álvaro de Castro, enquanto as águas teóricas não parecem favorecer a esquerda, dado serem marcantes as obras de João Ameal (1902-1982), *A Contra-Revolução*, e o manifesto de Fernando Pessoa, editado pelo Núcleo de Acção Nacional, de marca sidonista, *O Interregno. Defesa e Justificação da Ditadura Militar em Portugal*. O poeta colabora, então, no lançamento da Coca-Cola em Portugal, promovida pela firma Moitinho de Almeida e que tem a publicidade da casa de Manuel Martins da Hora. Lança o slogan *Primeiro, estranha-se, depois, entranha-se*, o que vai

levar Ricardo Jorge, então director de Saúde de Lisboa, a mandar apreender o produto como estupefaciente, lançando-o no mar. Já Penha Garcia assume a presidência da Sociedade de Geografia de Lisboa e a direcção da Escola Superior Colonial. O governador civil do Porto lança uma campanha contra *o pé descalço* em que os estudantes republicanos da capital do Norte fundam um Centro Académico Republicano do Porto, emitindo, em 31 de Janeiro, o jornal *Democracia*, enquanto se destaca o artigo de Luís Cabral de Moncada publicado no boletim da Faculdade de Direito de Coimbra: *Restauração do Pensamento Político Português*. E depois do cardeal D. António Mendes Belo chamar a Salazar o *homem necessário*, Bernardino Machado emite do exílio francês, em Setembro, o seu segundo manifesto contra a *ditadura da milícia clerical: A Pastoral Financeira do Patriarca*. Em Outubro lança outra denúncia *A Espoliação Financeira*.

● **À espera do Encoberto.** Quando José Maria Álvares, presidente da AIP desde 1924, onde sucedeu a Alfredo da Silva, lança a revista *Indústria Portuguesa* Leonardo Coimbra considera que a democracia é *o império racional e consentido da lei, em vez do domínio violento e irracional de qualquer caprichoso imperialismo individual ou de grupo, e como o governo da maioria por intermédio dos seus representantes directamente escolhidos, onde a pedra angular é o valor social da maioria*. Fernando Pessoa interroga-se, em 10 de Dezembro: *Quando virás, ó Encoberto/ Sonho das eras portuguesas/Tornar-me mãos do que o sopro incerto/ De um grande anseio que Deus fez?*

● **Remodelação.** Morte de João Belo, ministro das colónias (2 de Janeiro). Ivens Ferraz assume a pasta, que já exercia interinamente. Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa é o novo ministro do comércio e comunicações (5 de Janeiro).

● **Salazar ao ataque e sob censura** – Artigo de Salazar em *Novidades* sobre *O Empréstimo Externo*, critica Sinel de Cordes, considerando que *ao exército, que detém, nesta hora, as responsabilidades do Poder, cabe uma grande tarefa que será, ao mesmo tempo, uma patriótica missão: a de sustentar e defender aqueles que forem capazes de levar a bom termo essa obra de regeneração*. Refira-se que a censura, na altura dirigida pelo coronel Prata Dias, chega a cortar algumas partes dos artigos de Salazar (3 de Janeiro).

● **Agitação** – Conflitos entre a polícia e os motoristas de carros de aluguer em Lisboa, por causa dos novos regulamentos de trânsito (10 de Janeiro).

● **Radicais** – Directório do Partido Republicano Radical aconselha os seus filiados à inscrição no recenseamento eleitoral (11 de Janeiro).

● **União Liberal Republicana** – Cunha Leal enfrenta o tenente Pinto Correia num duelo em Queluz. Os dois apenas disparam para o ar (13 de Janeiro). Reunião da comissão executiva da União Liberal Republicana,

presidida por Francisco da Cunha Leal, escolhe para a direcção do partido Fernando Bissaia Barreto (1886-1974) e Alberto da Cunha Rocha Saraiva. Delibera concorrer às anunciadas eleições (18 de Janeiro).

● **Regresso à democracia?** O jornal *Diário de Lisboa* anuncia que, em breve, se realizará uma reunião conjunta dos directórios dos vários partidos, tendo em vista a adopção de uma atitude comum face aos anunciados actos eleitorais (18 de Janeiro). Três dias depois, já se comunica que, por falta de acordo, a reunião não se realiza. Jornais anunciam que Vicente de Freitas visitará vários distritos para preparar as eleições presidenciais e a *organização da União Nacional Republicana*. As notícias sobre o mesmo esforço organizacional repetem-se em 7 de Fevereiro, mas, a partir de meados desse mês, nada mais transpira (28 de Janeiro).

● **Empréstimo da Sociedade das Nações** – Seis membros do comité da Sociedade das Nações em Lisboa (13 de Fevereiro). Ivens Ferraz, em 16 de Fevereiro, substitui interinamente Sinel de Cordes, que se encontra doente, apenas regressando ao cargo em 7 de Abril. Ivens Ferraz recebe a delegação da Sociedade das Nações, nos dias 17 e 18 de Fevereiro. Liga de Paris emite novo manifesto contra o empréstimo e dirige uma exposição ao presidente do conselho da Sociedade das Nações (19 de Fevereiro).

Peritos da Sociedade das Nações saem de Lisboa e reúne o Conselho de Ministros (22 de Fevereiro). Ivens Ferraz, parte para Genebra (25 de Fevereiro), à frente de uma delegação constituída por Inocêncio Camacho Rodrigues, governador do Banco de Portugal, António José Malheiro, director-geral da contabilidade pública, António Faria Carneiro Pacheco, Herculano da Fonseca, Raúl de Almeida Carmo e Cunha e Bartolomeu Júnior.

●*Eram financeiros em demasia para tão ruinosas finanças*, chefiados por um general muito calvo e abstracto, querendo viver bem com os republicanos e fugindo dos monárquicos (Rocha Martins). Conselho da Sociedade das Nações começa a analisar o pedido de empréstimo português, não aceitando a inconstitucionalidade do governo da Ditadura (5 de Março)

●Nesta cidade onde também continua António Sérgio, como representante da Liga de Paris. Ivens Ferraz terá declarado em Genebra, conforme relato dos jornais, que *Portugal não se vende por 12 milhões de libras!*. Ao ouvirem falar em contróle, os delegados repudiaram as negociações (7 de Março). Governo emite nota oficiosa sobre a matéria (9 de Março). Sessão pública do Conselho da Sociedade das Nações sobre Portugal, presidida por Gustav Stresemann, onde se considera que as negociações relativas ao empréstimo não puderam ainda ser coroadas de êxito (10 de Março). Em 17 de Março, Ivens Ferraz, que é recebido apoteoticamente em Lisboa, numa manifestação organizada pela Liga 28 de Maio, em declarações ao jornal *Diário de Notícias*, rectifica o que os jornais relatam das suas declarações do dia 7 em Genebra. Terá dito: *Portugal, embora nação pequena, grande como é pelas suas tradições, não pode aceitar a humilhação de um controle nem mesmo pelo elevado preço de doze milhões de libras*. Há um comício de apoio diante do Palácio de S. Bento com a presença do chefe de Estado. Mas as manifestações começam logo com a entrada do comboio em Vilar Formoso, destacando-se também a recepção feita em Coimbra por estudantes ditos nacionalistas, apesar de algumas contra-manifestações dos revirahistas de Coimbra. Conselho de ministros analisa a hipótese de lançamento de um empréstimo

interno (20e Março). Sinel de Cordes anuncia ao país a procura de um empréstimo externo de doze milhões de libras, para o qual, diz, já haver ofertas, destinado à reconstituição financeira do Estado, e outro, interno, para obras de fomento e limitação da dívida flutuante interna.

●**Partido emperrado** – Jornais anunciam a criação de uma *Comissão de Propaganda da Ditadura* e já não falam na anunciada criação de uma *União Nacional Republicana* (29 de Fevereiro). Só voltará a falar-se da União Nacional em 30 de Julho de 1930. Em fins de Fevereiro, polícia anuncia a descoberta de uma organização terrorista.

●**Presidenciais** – Encerra o prazo para apresentação de candidaturas presidenciais, apenas tendo dado entrega no Supremo Tribunal de Justiça a de Carmona (17 de Março).

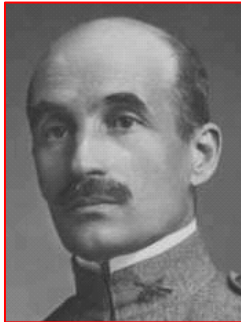
●**Polícia política** – Decreto nº 15 195 unifica as polícias especiais de Lisboa e do Porto, as chamadas *secretas* ou *informas*, criando a *Polícia de Informação*, na dependência directa do Ministro do Interior, com acção a todo o território metropolitano (17 de Março). Durará até 8 de Julho de 1931, quando é transferida para a Polícia de Segurança Pública face a *protestos e originando especulações de vária ordem*.

●**Eleição presidencial nº 2** (Março). Carmona recebe 71 730 votos para presidente. É entrevistado pelo *Diário de Lisboa*, mas não confirma a separação das funções de Presidente do Ministério e Presidente da República (2 de Março).

●**Extinção da Faculdade de Direito de Lisboa** – Conselho Escolar da Faculdade de Direito de Lisboa, perante os boatos sobre a extinção da escola, envia exposição ao governo e ao Presidente da República, com as *razões justificativas da sua manutenção* (31 de Março). Jornais anunciam que, entre as medidas de salvação pública e de concentração de serviços, o governo terá resolvido extinguir a Faculdade de Direito de Lisboa, a Faculdade de Letras do Porto, a Escola Normal Superior de Coimbra, a Faculdade de Farmácia da mesma cidade, as escolas normais primárias de Braga e Ponta Delgada e o Liceu da Horta (1 de Abril). Professor da Faculdade de Ciências de Lisboa, D. António Pereira Forjaz, num artigo publicado no jornal *Novidades*, apoia

as medidas do governo (3 de Abril). Nota oficiosa do governo dá a entender que a notícia de extinção de escolas tinha fundamento, falando-se em *algumas medidas apresentadas pelo sr. Ministro da Instrução que, oportunamente, serão publicadas* (4 de Abril). Nesse dia, reúne o Conselho de Ministros que aprova a extinção de várias escolas. Na nota oficiosa publicada no dia seguinte anota-se que *o sr. Ministro da justiça não assistiu ao Conselho* (10 de Abril). Manuel Rodrigues é exonerado do cargo, sendo interinamente substituído por Bettencourt Rodrigues. Não subscreve o decreto que extingue a escola onde é professor (11 de Abril). Decreto nº 15 365, datado de 12 de Abril, e publicado a 14, extingue as Faculdades de Direito de Lisboa, Letras do Porto, Farmácia de Coimbra, Liceu da Horta, Escola Normal Superior de Coimbra. Contestação generalizada leva a que se mantenha a Faculdade de Direito de Lisboa. O diploma é da responsabilidade do ministro da instrução Alfredo de Magalhães (14 de Abril). Todos os professores da Faculdade de Direito de Lisboa apresentam a respectiva demissão ao governo (16 de Abril). Assembleia-geral dos estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa nomeia comissão de luta, onde participa José Magalhães Godinho (17 de Abril).

● **Carmona toma posse** como presidente da República, em S. Bento: *só peço a Deus que me dê a felicidade de ver reconciliada, em breve, numa perfeita unidade moral, toda a Família Portuguesa. É a minha suprema aspiração* (15 de Abril).



termina a ditadura militar e a situação, já plebiscitada, assume-se como *ditadura nacional*.

● **Governo nº 99 de José Vicente de Freitas** (81 dias, desde 18 de Abril). A pasta das finanças apenas vai ser preenchida no dia 27 de Abril, por António de Oliveira Salazar, na véspera de perfazer 39 anos de idade. O nó górdio das finanças marcava, com efeito, o fim da possibilidade de recuperação democrática da Ditadura.

● Vicente de Freitas acumula a pasta do interior. Na justiça, José da Silva Monteiro. A partir de 10 de Novembro de 1928, Mário de Figueiredo. Nas finanças, António de Oliveira Salazar, desde 27 de Abril de 1928. Como subsecretário Guilherme Luiselo Alves Moreira, desde 1 de Maio. Na guerra Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento (n. 1875). Na marinha, Aníbal de Mesquita Guimarães. Nos negócios estrangeiros, mantém-se Bettencourt Rodrigues. A partir de 10 de Novembro de 1928, Mesquita Guimarães. A

a partir de 19 de Dezembro de 1928, Manuel Carlos Quintão Meireles (n. 1880), futuro candidato da oposição ao salazarismo para presidente da república em 1951, tendo como secretário Manuel Maria Sarmiento Rodrigues. No



comércio, José Bacelar Bebiano. A partir de 11 de Junho de 1928, José Dias de Araújo Correia. A partir de 10 de Novembro, Bacelar Bebiano. A partir de 19 de Novembro, Eduardo Aguiar Bragança. A partir de 11 de Janeiro de 1929, Vicente de Freitas. Nas colónias, Manuel Ortins Torres de Bettencourt (n. 1892) que não toma posse. Desde 25 de Abril, José Bacelar Bebiano. Na instrução pública, Duarte Pacheco (1899-1943). A partir de 10 de Novembro de 1928, Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974). Na agricultura, o ex-progressista evorense Joaquim Nunes Mexia (1870-1940). Desde 11 de Junho, Joaquim Mendes do Amaral. A partir de 10 de Novembro, Pedro de Castro Pinto Bravo.

● **Duarte Pacheco vai a Coimbra convidar Salazar** para ministro das finanças (19 de Abril). Este aceita a pasta no dia 26. Programa do governo é divulgado na imprensa, acentuando-se a austeridade na política económica e financeira.

● **Faculdade de Direito** – Conselho da Faculdade de Direito de Coimbra manifesta-

se por unanimidade pela manutenção da Faculdade de Direito de Lisboa (20 de Abril). Professores da Faculdade de Direito de Lisboa retiraram o pedido de demissão, depois de reunião do director, Abranches Ferrão, com Duarte Pacheco (22 de Abril). Será emitida nota oficiosa do governo sobre a matéria no dia 28. Nova assembleia-geral dos estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa decide pela comparência às aulas, depois do novo ministro da instrução, Duarte Pacheco prometer que *a extinção da Faculdade não é um facto definitivo mas sim um assunto a estudar* (25 de Abril). Terceira assembleia-geral dos estudantes da escola decide *abandonar as aulas* (29 de Abril). No dia 30, aderem à greve os estudantes da Faculdade de Ciências. O movimento alastra a Medicina, farmácia e Letras.



● **A ditadura das finanças** – É fulgurante a capacidade reformista do novo ministro, destacando-se a reforma orçamental (14 de Maio), onde se proíbe a criação de novas despesas sem autorização do ministério das finanças, e o primeiro orçamento, publicado em 1 de Agosto, onde se aprova um *superavit* de 1 577 contos. É a partir de então que, dentro da *Ditadura Nacional*, se destaca uma *Ditadura das Finanças*.

● Como observa Fernando Pessoa: *ele estabeleceu imediatamente o seu prestígio quando tomou posse, através de um discurso que é tão diferente dos discursos políticos habituais que o país aderiu a ele de imediato. E o público é incompetente para apreciar uma coisa tão profundamente técnica como as suas reformas financeiras. Ao fim e ao cabo, o prestígio é sempre não-técnico.*

● Um dos pontos não comunicados no discurso de posse e que resultam de um acordo de Salazar com Vicente de Freitas tem a ver com a relação entre a Igreja e o Estado: *que nada se conceda à Igreja, mas*

nada se lhe retire do que lhe concederam os políticos. Salazar passa a ter como subsecretário de Estado do Orçamento Guilherme Luiselo Alves Moreira, desde 4 de Maio. O respectivo chefe de gabinete é Antero Leal Marques, antigo funcionário das finanças de Coimbra. Mantém a colaboração activa do director-geral da fazenda e secretário-geral do ministério Alberto Xavier, republicano convicto e antigo chefe de gabinete de Álvaro de Castro, que chegara a estar preso, durante um mês, em 1927. Outro elemento colaborador, proveniente da anterior máquina republicana, é o governador do Banco de Portugal, Inocêncio Camacho.

● **O homem-conceito, feito mito** – *Salazar foi mais do que um homem; foi um verdadeiro fenómeno europeu; ou, se quisermos, por fim, um conceito político, susceptível de se converter mais tarde no suporte de um autêntico mito* (Luís Cabral de Moncada).

● **Comunistas e reviralhistas** – Neste mês, militantes do PCP participam em Moscovo no IV Congresso da Internacional Sindical Vermelha. A delegação é constituída por Gambetta das Neves e Bernardo Bandurra. Bernardino Machado instala-se em Paris e preside a uma comissão de unidade entre a Liga de Defesa da República, fundada em 1927, e os os militantes do Partido Democrático residentes em França, como Lago Cerqueira, Agatão Lança e Mariano Felgueiras.

● **1º de Maio** – Governo de Vicente de Freitas diz querer transformar o 1º de Maio numa *Festa do Trabalho* a ser comemorada em *serenidade, paz e harmonia social*.

● **Intentona** – Polícia política detecta e desarticula nova revolta do revirvalho. Várias prisões (5 de Junho).

● **Remodelação** – Em 11 de Junho, José Dias de Araújo Correia, no comércio, e o antigo governante sidonista, Joaquim Mendes do Amaral² na agricultura.

● **Revolta** do BC 10 de Pinhel em Mangualde, atalhada pela acção de Lopes Mateus (22 de Junho).



● **Revolta do batalhão de Caçadores 7** do Castelo de S. Jorge em Lisboa, sob o comando do capitão João Augusto Gonçalves, visando repor a situação derrubada pelo 28 de Maio (entre 20 e 27 de Julho de 1928). Participam muitos militantes do PCP, acabando grande parte deles por serem deportados e presos.

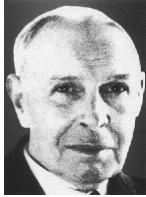
● Estudantes republicanos de Lisboa, enquadrados pela maçonaria, criam um **Batalhão Académico Anti-Fascista**. A revolta estende-se a outros pontos do país, nomeadamente Setúbal, Entroncamento, Viseu e Mangualde, onde se assumem como revolucionários António Gomes Mota e Aquilino Ribeiro²⁷. Há também focos em Pinhel, Castelo Branco, Algarve e Torres Novas. Tenta-se um assalto à fábrica de pólvora de Barcarena.

● Entre os revolucionários, aparecem Carlos Vilhena, antigo militante do 28 de Maio, ligado a Cabeçadas, o antigo ministro da agricultura Joaquim Ribeiro, o major Sarmiento Beires (1893-1974), o antigo ministro Filémon de Almeida, o antigo chefe do governo coronel Maia Pinto, Godinho Cabral, director de *O Rebate*, o capitão Frazão Sardinha, o comandante Sebastião Costa, José Eugénio Dias Ferreira, Amâncio Alpoim, Neves Anacleto.

● A ordem é restabelecida no dia 22 de Julho e começa a fazer-se o balanço, contabilizando-se sete mortos e vinte feridos. Há 240 detidos, 171 civis, 44 oficiais e 25 sargentos e Salazar, em declarações ao *Diário de Notícias: a mim, interessa-me saber quanto custará ao País e ao Tesouro este pequeno incidente* (23 de Julho).

● Grandes manifestações oposicionistas por ocasião dos **funerais de Sebastião de Magalhães Lima** (9 de Dezembro de 1928). Sucede-lhe António José de Almeida. O defunto era, então, Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido. Contudo, o governo da Ditadura faz-se representar oficialmente na cerimónia pelo ministro Cordeiro Ramos que, para o efeito, se desloca ao Grémio Lusitano.

● Em Novembro, o GOL pede à Grande Loja de Espanha apoio para os maçons



portugueses refugiados no país vizinho. Entre o padre José Maria Rodrigues, professor da Faculdade de Letras é injustamente acusado perante a hierarquia católica de filiação maçónica.

● Governo emite Decreto nº 15 790 **sancionando os implicados na Revolução do Castelo** (27 de Julho). Dissolvido o Batalhão de Caçadores 10 de Viseu, sendo demitidos muitos oficiais que são deportados para as ilhas. Consta que *a alta banca tem auxiliado, por meio dos seus agentes, revoluções e até crimes* (Rocha Martins). O governo, em nota oficiosa, declara que irá fazer um rigoroso inquérito *para averiguar quais as pessoas e entidades que forneceram dinheiro ou valores para o efeito*.

● **Remodelação** – Em 10 de Novembro de 1928, surgem mais dois ministros próximos de Salazar: o amigo Mário de Figueiredo, na justiça, e Cordeiro Ramos na instrução. Salazar que jogara forte na remodelação, contando com o apoio do general Craveiro Lopes, comandante da 1ª Região Militar, não consegue, no entanto, superar os *vicentistas* que continuam a preponderar. Na altura, a União Liberal Republicana, através de Bissaia Barreto, chega a sondá-lo para assumir a presidência do ministério.

☞ Anais da Revolução Nacional (1948, II): 191, 192, 207, 209, 212, 216, 221, 226, 230, 244; Antunes, José Freire Antunes (2003): 538; Cruz, Guilherme Braga da (1975): 683, 724, 727, 728, 729, 731, 739, 740, 742, 743, 745, 746, 747, 748, 750, 753, 756, 757, 758, 785, 787, 788, 789, 793; Machado, Bernardino (1978): 151 ss.; Martins, F. Rocha (*A Europa em Guerra*, II): 554, 561, 563, 564, 566, 573, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 586, 587, 588; Moncada, Luís Cabral de (1992): 147, 149, 162; Mónica, Maria Filomena (1978): 77; Nogueira, Franco (I): 334; (II): 15, 16, 22, 25, 26, 27; Nunes, Leopoldo: 103, 144, 160, 162, 163, 170; Peres, Damião: 441, 442, 449, 451, 455; Pessoa, Fernando (*Da República*, 1978): 375, 384, 385.

● **O empirismo organizador** – Os quarenta e oito anos de vida política portuguesa subsequentes ao golpe militar de 28 de Maio de 1926, que liquidou os dezasseis anos da Primeira República, corporizam um regime político que, a si mesmo, se vai qualificar como *Estado Novo* o qual, depois da chamada *Ditadura Nacional*, entre 1926 e 1933, vai durar até 25 de Abril de 1974, sendo marcado pelo poder pessoal de dois chefes do governos: primeiro, António de Oliveira Salazar, até 1968, e, depois, Marcello Caetano, nos últimos cinco anos e meio do modelo. Tudo se desencadeia, aliás, a partir de 27 de Abril de 1928, quando a primeira dessas personalidades, antigo deputado do Centro Católico e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, assume a pasta das finanças, instaurando aquilo que então se designou laudatoriamente como *Ditadura das Finanças*, um modelo que permite vencer o crónico défice orçamental português, gerando uma liquidez que dá crédito externo ao país e permitiu o lançamento de um grandioso plano de obras públicas, mesmo depois de sofrermos os efeitos da *Grande Depressão*, iniciada nos finais de 1929. Em 5 de Julho de 1932, o prestigiado ministro já ascende à chefia formal do Governo, começando, a partir de então, a institucionalizar-se um novo modelo de legalidade que se concretiza com a aprovação de uma nova Constituição, pelo plebiscito nacional de 19 de Março de 1933. Contudo, o novo regime, mesmo no contexto dos anos trinta, sempre se vai assumir de forma atípica. Salazar, com efeito, não emerge como um ditador clássico nem se configura como o chefe de um *pronunciamento*, dado que, só a partir da gradual conquista do poder, se vai constituindo um movimento político de apoio à situação, onde conta menos a cartilha de uma ideologia e mais o pragmatismo do líder de tal *empirismo organizador* que é sucessivamente eliminando os bloqueios da componente militar do regime. Assim se compreende a adesão de uma nova geração de *tecnocratas*, desejosa de instaurar o *admirável mundo novo* do modernismo, não faltando o apoio esparsos de seareiros, republicanos conservadores e até de alguns fundadores do próprio Partido Comunista Português.